

## Artigo

# **A Psicologia para além das grades: reflexões sobre o trabalho em uma unidade de internação socioeducativa**

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo apresenta uma experiência de estágio em uma unidade de internação para adolescentes em situação de conflito com a lei, da cidade de Teresina/PI. O trabalho teve como objetivo compreender quais as competências e habilidades são necessárias para atuação da prática profissional da Psicologia em medidas socioeducativas em unidades de internação. A metodologia utilizada nesse projeto foram oficinas grupais sobre os mais diversos temas. A partir destes encontros, foram debatidas questões como direitos humanos, percepções de si e da sociedade, bem como projetos futuros. Conclui-se que os adolescentes participantes dessa experiência apresentaram situações externas, como a família e sociedade, que influenciaram seus comportamentos, bem como suas visões de mundo e motivações para perspectivas futuras. A partir de então, é preciso pensar em um fazer psicológico que permita a ressignificação de experiências, trazendo novamente o protagonismo a quem é de direito.

**Palavras-chave:** Adolescentes; Medidas Socioeducativas; Ressignificação.

### ***Psychology beyond the grids: reflections on work in a juvenile detention unit***

### **Abstract**

*This article presents an internship experience in a detention unit for adolescents in conflict with the law, in the city of Teresina/PI. The task aimed to understand which competencies and abilities are necessary for professional practice of Psychology in socio-educational measures in detention units. The methodology used in this project was group workshops on several themes. From these meetings, issues such as human rights, perceptions of self and society, as well as future projects were debated. We conclude that adolescents who participated in this experience presented external situations, such as family and society, that influenced their behavior, as well as their worldviews and motivations for future perspectives. From then on, it is necessary to think of a psychological work that allows the re-signification of experiences, bringing back the protagonism that is rightfully theirs.*

**Keywords:** *Adolescents; Socio-Educational Measures; Resignification.*

“A prisão não são as grades, a liberdade não é a rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência.”

**Mahatma Gandhi**

**D**esde sua fundação por Wilhelm Wundt na Alemanha, em 1979, a Psicologia lutou para conseguir o *status* de ciência e diferenciar das concepções filosóficas a qual estava amarrada. A partir daí surgiram teóricos que desenvolveram estudos que contribuíram para o aparecimento das bases que formaram os pressupostos que se conhece hoje. A Psicologia, portanto, se torna uma ciência que segundo Bock, Furtado e Teixeira (2019) toma a subjetividade como objeto de estudo, uma vez que ela é a responsável pela formação e constituição dos sujeitos.

Regulamentada através da Lei nº 4119/62, a profissão de psicólogo no Brasil se baseia em pontos que assegurem o respeito, a dignidade e a igualdade entre os indivíduos, baseados nos princípios que norteiam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (BRASIL, 2005). Esses direitos são caracterizados como garantias existentes para a população favorecendo o bem-estar dos seres humanos (FERREIRA; ZENAIDE; NÁDER, 2016). Nesse sentido, a Psicologia se tornou referência diante das discussões e lutas existentes sobre os direitos humanos a fim de disseminar o respeito entre as diferenças e os modos como cada um vive sua subjetividade (CANDAU, 2012).

Segundo Zappe e Dias (2012) os direitos humanos são violados em diversas situações do cotidiano, podendo apresentar esta ruptura de maneira singela ou em outras vezes com casos mais graves. No Brasil, os adolescentes que cometem algum ato infracional, ou seja, um ato de crime contra a vida, patrimônio e demais outras situações previstas pelo Código Penal, são denominados de adolescentes em situação de conflito com lei. Nesse caso, o adolescente responde legalmente através de medidas socioeducativas, sendo aquelas que são aplicáveis a crianças e adolescentes autores desses atos, conforme o art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Federal nº 8.069/90, em que ele pode estar recebendo de uma advertência a possivelmente privação da própria liberdade (BRASIL, 1990).

Uma das modalidades de atuação da Psicologia na garantia dos direitos humanos se dá através de medidas socioeducativas em unidades de internação. Baseando-se no ECA e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o psicólogo busca auxiliar o adolescente no cumprimento da medida respeitando sua individualidade e adotando intervenções que permitam o desenvolvimento pessoal. Além disso, o seu fazer busca propiciar a formação de novas representações sociais a respeito de questões pessoais, fenômenos que estão presentes do lado de fora da unidade e construção de novos projetos de vida (BRASIL, 2010).

Desse modo a Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC) no estado do Piauí, criada em junho de 2003 pela Lei Complementar Nº 028, é responsável pela Gestão Estadual da Política de Assistência Social. Sua atuação se dá por meio das Diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A secretaria possui como objetivo a execução do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), através de serviços de unidades em todo o estado, organizados em níveis de proteção social básica, além de média e alta complexidade (BRASIL, 2012).

Conforme as considerações anteriores, a SASC conta com uma unidade de internação na categoria de alta complexidade para o cumprimento de medidas socioeducativas em situação de privação de liberdade, o Centro Educacional Masculino (CEM). Esta instituição é direcionada a adolescentes do gênero masculino na faixa etária de 12 a 21 anos, excepcionalmente. O centro conta com uma equipe multiprofissional que trabalha em prol da ressocialização do adolescente, auxiliando em sua reconstrução pessoal e profissional.

Portanto, este artigo consiste na descrição da experiência dos alunos do curso de Psicologia de uma instituição de ensino superior no referido centro educacional, presente no município de Teresina/PI. O grupo de alunos compareceu para a produção de encontros semanais na condução de oficinas por meio de intervenções grupais. Essas atividades possuíam como referencial teórico a ênfase da constituição de direitos humanos e suas violações.

A experiência teve como objetivo geral compreender quais competências e habilidades são necessárias para atuação da prática profissional da Psicologia em

medidas socioeducativas em unidades de internação. Como objetivos específicos, elencamos: desenvolver trabalhos que contribuam para a formação dos processos de ressignificação e produção do protagonismo juvenil, e por fim, discutir sobre a contribuição da Psicologia no que tange à formação do protagonismo juvenil e retomada dos seus processos vivenciais.

### **Referencial Teórico**

Segundo Rosato (2011) a Psicologia e os direitos humanos possuem pontos convergentes, pois ambas lidam com indivíduos em várias situações. Além disso, possuem como foco a dignidade humana, trabalhando o desenvolvimento voltado ao bem estar. É fundamental que o direito humano tenha ligação à prática do profissional e acadêmico de Psicologia, devendo estar cada vez mais interligados para que ocorram ações mais justas perante o indivíduo. Propiciando a formação de comportamentos voltados ao respeito, empatia, dignidade e construção humana, sem que ocorra nenhum tipo de violação.

Diante disso, se observa a necessidade desse profissional em trabalhar temáticas como essas, uma vez que esta iniciativa propicia momentos onde se considera a subjetividade dos sujeitos. Assim é possível pensar na compreensão da problemática que envolve as vivências de cada um, bem como os fatores que influenciaram seu surgimento (FRANCISCHINI & CAMPOS, 2005). Dessa forma, conforme Vincentin *et al.*, (2010) o psicólogo irá contribuir para a ampliação dos olhares que envolvem as questões acerca dos direitos humanos, como o trabalho em medidas socioeducativas, as quais buscam intervenções terapêuticas que prezem pela individualidade dos sujeitos, contribuindo para novas formas de ressignificação, deixando de lado um modelo estabelecido socialmente que engessa o jovem por meio de uma política proibicionista e punitiva, demonstrando até os dias atuais a necessidade de se considerarem certas condutas humanas.

De acordo com Ximenes *et al.*, (2009) a prática realizada pelo psicólogo está direcionada para as interações as quais serão expostas ou expressadas pelo indivíduo, levando em conta os contextos socioculturais a que estão ligados. A partir do andamento das ações que forem sendo desenvolvidas, poderá ser feito o uso de estratégias com o intuito de conhecer o cotidiano dos usuários alvo das suas

intervenções, estabelecendo vínculos e contatos, e acima de tudo, como um agente de bem estar social.

O psicólogo irá trabalhar objetivando proporcionar saúde e qualidade de vida tanto no âmbito individual quanto no coletivo no qual o sujeito se encontrar, frisando para que não ocorra qualquer forma de discriminação, negligência, violência, exploração e opressão, produzindo atividades com o propósito de promover a dignidade humana dos adolescentes, que se encontram privados de liberdade, neste caso específico. Dessa maneira, é importante a realização de medidas socioeducativas, e que haja uma efetivação adequada da mesma, porque ao ser realizada com boa aplicabilidade, os resultados da sua efetivação serão notórios perante os adolescentes que se encontram privados de liberdade e os demais profissionais da instituição (BRASIL, 2006).

Para que o trabalho do profissional e acadêmico desta área tenha resultados positivos diante desses adolescentes, caso realizem-se atividades grupais, é necessário que se saiba trabalhar com dinâmicas de grupo. E um grupo não é apenas quantitativo, não se trata só do somatório de pessoas, mas há algo que está ligado com a união. Caso ocorra uma mudança com um dos componentes do grupo, isso irá ocasionar algum tipo de interferência no estado desenvolvido entre aquele trabalho (AMARAL, 2007).

É necessário, também, buscar fortalecer os pilares da formação profissional, estabelecendo aspectos importantes para o direcionamento da sua futura atuação, propondo desafios e nuances a serem enfrentadas, as limitações existentes e as ações para a manutenção da sua práxis (MACHADO; SANTOS, 2021).

Conforme Grassi *et al.*, (2019) o trabalho em grupo destinado a medidas socioeducativas em privação de liberdade oportuniza espaços de trocas e reflexões. A partir daí, a escuta parte como um mecanismo necessário não apenas para possibilitar essas ações, mas para promover discussões críticas sobre temáticas pertinentes ao mundo dos participantes. A acolhida dessas intervenções provém da construção do entendimento sobre suas experiências, bem como diante dos dias que virão fora da instituição.

## **Metodologia**

O trabalho foi desenvolvido em uma unidade de internação para adolescentes do gênero masculino na cidade de Teresina/PI. As ações foram vivenciadas no período de dois meses, de maneira semanal. Trata-se, portanto, de um relato de experiência o qual, segundo Daltro e Faria (2019), constitui uma importante ferramenta de conhecimento das realidades e produções realizadas por meio delas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento das ciências.

A experiência ainda contou com auxílio da psicóloga da unidade, de maneira a viabilizar a supervisão das intervenções. O primeiro passo considerou pequenas entrevistas com os adolescentes, a fim de conhecê-los, bem como obter mais detalhes da sua história e convidá-los a participar das oficinas que seriam realizadas na unidade.

Durante este relato foram realizadas ao todo sete oficinas, totalizando uma média de dez participantes por oficina. A participação era voluntária, demonstrando um aumento gradual de participação ao longo do tempo. As intervenções em grupo contaram com a gênese das seguintes temáticas: direitos humanos, estereótipos, coletividade, saúde mental, contexto familiar e relações interpessoais. Cada grupo contava com a durabilidade de cinquenta minutos.

Para isto, foram utilizados materiais diversos para a confecção dos jogos e atividades pensadas, tais como cola, papéis canetas, coleções, tesouras, revistas e afins. Ao final de cada ação foram pedidos *feedbacks* dos adolescentes a respeito das atividades, ouvindo o que poderia ser melhorado e com sugestões para outros encontros. As atividades eram discutidas e elaboradas por meio de reuniões de supervisão.

## **Resultados e Discussões**

As dinâmicas realizadas nas oficinas abordavam temáticas as quais faziam com que os adolescentes refletissem sobre diferentes aspectos que envolviam temas de relevância e vivencial importância como direitos humanos, autoestima, preconceitos, respeito e opiniões sobre si e o outro. As atividades desenvolvidas, que tiveram rápida adesão, faziam com que não só o adolescente compreendesse os tópicos e o porquê de estarem sendo abordados, mas também que estudantes e demais funcionários da unidade que acompanhavam a ação percebessem o quanto

é importante a prática da escuta. Assim, se torna possível compreender a história de cada um, incluindo os diferentes âmbitos os quais convivem e os fenômenos claros (ou não) que levaram à construção da privação de sua liberdade.

O jogo da vida de tabuleiro foi uma das estratégias utilizadas. Confeccionado em um tamanho grande, os participantes precisavam chegar até o final do percurso em um determinado período de tempo. Até lá algumas atividades eram realizadas a fim de promover como cada um agiria diante de uma situação. As problemáticas se baseavam em conflitos do cotidiano, em que cada um deveria relatar como agir ou como teria feito caso tivesse vivenciado. Essa ação propiciou conhecer valores, ideias e crenças dos participantes, entendendo como a formação das mesmas se deu, assim como propiciar um melhor conhecimento sobre si mesmo e sobre sua identidade.

Segundo Barros (2014), as medidas socioeducativas que devem ser realizadas perante o adolescente que se encontra em situação de conflito com a lei possuem como intuito demonstrar que não deve se portar apenas com a punição prevista de acordo com seu ato infracional, mas também na ressocialização do adolescente. Para isso, é importante apresentar atividades que envolvam reflexão, abordando concepções sobre temas relacionados ao que eles vivenciam, fazendo, assim, com que possam discutir, explanando suas opiniões e apresentando/construindo habilidades e aptidões que podem beneficiá-los também após sua saída da unidade socioeducativa.

Uma outra intervenção realizada consistia na presença de dois painéis. Enquanto em um os participantes colocavam palavras e frases sobre como as pessoas os viam, no segundo era relatado como eles se definem. A discrepância das respostas deixou evidente que enquanto a grande maioria das pessoas que estavam em volta desse adolescente o atribuía características negativas, os mesmos relatavam que possuíam atribuições e habilidades que na maioria das vezes não foi ressaltado ou reforçado pelos demais. Assim, ficou evidente a fragilidade dos laços, vínculos e a construção pessoal de cada adolescente.

Essa ação também serviu de um resgate da própria subjetividade, a qual, na maioria das vezes, chegou a ser reduzida apenas à ação que levou ao cumprimento da medida socioeducativa. O retorno à sua individualidade e até

mesmo à construção pessoal permitiu que cada um estivesse em contato sobre si mesmo e sobre os caminhos que poderiam trilhar após o período fora da instituição. Isso permite a produção da sua própria história, mesmo diante das classificações impostas socialmente a cada um desses jovens.

De acordo com Soares (2016), o psicólogo trabalha nas medidas socioeducativas aplicando atividades objetivando-se na elaboração de políticas públicas que unifiquem o Estado, a família e a sociedade. Antes de tomar qualquer decisão ou medida em relação ao adolescente, ocorriam reuniões sem a presença do mesmo, onde essas iniciativas eram realizadas sem a possibilidade de coparticipação do sujeito dentro do cumprimento da medida socioeducativa. O foco então era apenas entre as instituições, familiares e as leis. O psicólogo, dentre as suas funções nas medidas socioeducativas, deve realizar pesquisas com outros profissionais presentes, obtendo compromisso ético com o que for desenvolvido.

Durante a experiência realizada na unidade, foi perceptível a participação dos adolescentes, uma vez que a oficina se caracterizava como o único momento de livre forma de expressão. A caixa das emoções foi um exemplo de momentos como esse. Cada participante retirava um *emoji*, associando o significado daquela emoção a uma vivência e até mesmo a situações do cotidiano as quais elas apareceriam. Pela primeira vez, muitos conseguiram abordar os conhecimentos adquiridos através das experiências que obtiveram de acordo com sua história de vida. Com o decorrer dessas atividades, era notável uma maior participação dos adolescentes, uma vez que os assuntos eram discutidos livremente. A forma natural e sem preceitos ou amarras também foi um fator condicionante para a boa adesão às mesmas.

Ações de coerção ou de construção sobre aspectos e condutas desejáveis sempre tinham uma pouca participação, segundo os próprios adolescentes. A partir de então, o grupo tornou-se um espaço terapêutico, mesmo que não fosse sua intenção inicial. Assim sendo, o momento de acolhida permitia a verbalização de ideias, sentimentos que podem produzir algum tipo de adoecimento. Suas histórias passaram a ser contadas por eles mesmos, não pelas leis, pelo Estado ou por terceiros. Essas reflexões permitiram pensar sobre como sua própria narrativa seria construída ao sair daquele espaço.

A iniciativa também realizou o quebra-cabeça dos direitos humanos. Algumas palavras formavam a gênese de algum dos direitos estabelecidos conforme a Declaração Universal. Além de descobrir qual era a formação correta das palavras, os participantes associavam a mesma a alguma situação do dia-a-dia, a fim de dialogar sobre casos onde esses direitos são negligenciados e desrespeitados. O grupo ainda tratou de escolher um nome para o mesmo, sendo selecionado conforme votação democrática “Galera do Fluxo”. A motivação para isso advém da formação de sentimento de pertencimento a um movimento ou coletivo, tão importante durante a fase da adolescência. O grupo ainda funciona como movimento de apoio e suporte diante das falas, situações e problemáticas enfrentadas.

Questionar a respeito de atitudes a serem tomadas a respeito de alguma problemática deparada no cotidiano se tornou um exercício em que grande parte não havia pensado ou estruturado. A liberdade aqui não é tratada apenas pelas grades, mas pela forma em levar a vida após aquele período de internação. É preciso pensar que esses usuários trazem consigo o resultado de diversos aspectos, como a sua localidade. É neste ponto que muitos desses adolescentes pertencem a zonas periféricas, comandadas por movimentos à base da criminalidade. Isso também se traduz em um desafio para as próprias unidades de internação (CARVALHO, 2021).

Falar sobre aspectos que fazem ou fizeram parte da dimensão de cada adolescente antes da presença na unidade provocou reflexões sobre aspectos que estão invisíveis, mas seguem condicionando muitas coisas no cotidiano deles próprios. É pensando nisso que Lima *et al.*, (2019) afirmam sobre o papel questionador nesta atuação, fazendo com que os adolescentes pensem sobre os fatores sociais e as conjunturas construídas historicamente como meio de segregação. Exclusão essa vivida por si próprio e que muitas vezes possui relação direta ao ato infracional praticado. Aqui, portanto, existe uma reflexão em cima da própria ação, do pensar e do agir futuro.

Uma outra ação desenvolvida se tratou da construção de uma linha do tempo pessoal. Cada participante citava momentos que tiveram um determinado valor afetivo/emocional até o período de realização da medida socioeducativa. Diante

disso, foi possível discutir sobre as nuances que compõem cada uma dessas situações, além de descreverem o que poderiam mudar, caso possível. Após esses diálogos, a linha não apresenta um fim, simbolizando aos participantes que a mesma seguia e com bastante espaço para a construção de outros momentos significativos, onde cada um poderia dar um sentido próprio a ele, por meio da realização de um sonho ou um desejo.

Para que o decorrer das atividades ocorresse com êxito foi primordial a efetivação do vínculo profissional constituído entre os envolvidos. A partir de então, se tornou como rotina a realização de uma espécie de contrato terapêutico, possibilitando a ética e o sigilo sobre tudo o que estava sendo falado nas atividades. Apesar disso, Pereira Júnior (2018) conta sobre a dificuldade de realização de momentos dessa magnitude, uma vez que a formação desse especialista ainda deixa bastantes lacunas neste campo de atuação. Além do mais, a própria consolidação de preceitos estabelecidos nas leis que regem este sistema se transforma em uma outra barreira.

Conforme o trabalho apresentado, se estabeleceu a busca individual da construção e retomada de vida após o período de institucionalização por cada participante. Assim, cada adolescente pode repensar diante de suas vivências, emoções, seu lugar de fala, sua localidade e até mesmo sua subjetividade. A tomada de consciência desses fatores sem dúvida atribui o protagonismo da sua própria história, produzindo assim novos sentidos, novas experiências e a possibilidade de ressignificação.

### **Considerações Finais**

O trabalho em medidas socioeducativas em situação de privação de liberdade ainda carece de recursos em vários âmbitos nas unidades de internação espalhadas pelo Brasil. Nesse sentido, se faz necessário compreender a importância dos diversos profissionais que trabalham nestes espaços, pois isso acarreta consequências para as metas possíveis de serem alcançadas pelos adolescentes após o cumprimento da medida. É necessário, portanto, sair das amarras de uma política proibicionista e que busca o apoio em preceitos

conservadores e de punição. Não deve haver espaço para mais grades, as quais estas concepções constroem nos sujeitos.

Para isso, o psicólogo irá se tornar metaforicamente em uma mola catalizadora que impulsiona esses adolescentes a descobrirem suas potencialidades, permitindo a reflexão a respeito de si mesmo. Ainda que estas linhas soem poeticamente, este profissional não se configura como um salvador, ao contrário, ele mostra as fragilidades, os erros e desafios a serem encarados por esses adolescentes, o que faz parte do processo de construção e de percepção dentro de uma sociedade plural, diversa e desigual.

Enquanto não se pensar em saídas para além do óbvio, essas grades seguirão estes adolescentes. Não cerceando sua liberdade, mas estigmatizando e o colocando novamente em uma situação de exclusão. Cabe também à Psicologia, e às demais áreas de conhecimento, apresentar para além de uma “chance”, mas convidar a todas as pessoas a pensarem e desamarrarem os “nós sociais” estabelecidos por uma sociedade cada vez mais excludente e invisibilizadora. O trabalho é árduo, entretanto não deve se tornar utópico.

## Referências

AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da educação**. Natal, RN: EDUFRN, 2007.

BARROS, Thaís Allegretti. **A Eficácia das Medidas Socioeducativas Frente à Criminalidade Infante – Juvenil**. (Monografia). Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: DF, 2005.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **A Atuação dos Psicólogos junto aos Adolescentes privados de Liberdade**. Brasília: DF, 2006.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação**. Brasília: DF, 2010.

BRASIL. Governo do Estado do Piauí. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. **Informações sobre o atendimento socioeducativo**. Teresina, 2012.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma Introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2019.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.

CARVALHO, Ada Rízia Barbosa de. **Cadeias de tensão: repertórios disciplinares de facções e do sistema em unidades de internação alagoanas**. 2021. 206 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

DALTRO, Mônica Ramos; DE FARIA, Anna Amélia. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; NÁDER, Alexandre Antonio Gili. **Educando em direitos humanos: fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídico**. João Pessoa : Editora da UFPB, 2016.

FRANCISCHINI, Rosângela; CAMPOS, Herculano Ricardo. Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: limites e (im) possibilidades. **Psico**, v. 36, n. 3, p. 8, 2005.

GRASSI, Giulia Oliva et al. O trabalho do psicólogo com grupo de adolescentes em privação de liberdade. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 3, p. 228-242, 2019.

LIMA, Késily Izabela da Silva et al. ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - ALAGOAS**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 11, 2019.

MACHADO, Bianca Zanchi; SANTOS, Samara Silva dos. Direitos humanos na atuação de psicólogos na socioeducação. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 12, n. 1supl, p. 88-114, 2021.

PEREIRA JUNIOR, Paulo Roberto Cardoso. **Atuação da(o) psicóloga(o) em uma instituição de internação para adolescentes e jovens em conflito com a lei no estado da Bahia: desafios e possibilidades**. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação – FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ROSATO, Cássia Maria. Psicologia e Direitos Humanos: cursos e percursos comuns. **Psicologia Revista**, v. 20, n. 1, p. 9-27, 2011.

SOARES, Gilbert Romer; MENDES, Delza Ferreira. A atuação do Psicólogo com adolescentes infratores em medida socioeducativas. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 2, n. Ed. Esp. 1, p. 117-137, 2016.

VICENTIN, Maria Cristina G.; GRAMKOW, Gabriela; ROSA, Miriam Debieux. A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de "novos" manicômios judiciais. **Journal of Human Growth and Development**, v. 20, n. 1, p. 61-69, 2010.

XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de; BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, n. 4, p. 686-699, 2009.

ZAPPE, Jana Gonçalves; DIAS, Ana Cristina Garcia. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 17, n. 3, p. 389-395, 2012.